

Liberdade de organização é a base de todos os direitos dos eletricitários

Foto: Benedito Maia

Fundamental para garantir conquistas históricas como a Maria Rosa e a PR, o direito de livre organização faz parte da agenda de lutas da Campanha para Renovação do Acordo Coletivo e deve estar em primeiro plano para os trabalhadores

O direito dos trabalhadores se organizarem é garantido pela Constituição de 1988 e pelas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para a direção da Cemig, no entanto, este direito parece ser descartável e as práticas anti-sindicais são cada vez mais freqüentes na empresa. Essa postura equivocada prejudica diretamente os trabalhadores, que passam a enfrentar uma correlação de forças desigual.

Ao tentar individualizar a discussão com os eletricitários, a empresa pretende eliminar o diálogo qualificado com o sindicato para retirar direitos conquistados com a mobilização da categoria. A representação dos trabalhadores no local de trabalho, fundamental para solucionar os conflitos vividos pelos eletricitários, também é negligenciada pela direção da Cemig.

Apesar de ser uma empresa pública, a estatal bloqueou o acesso de dirigentes às unidades, instalou catracas eletrônicas em auditório na sede para impedir a participação do Sindieletro em reuniões com a categoria e usa seguranças e policiais para expulsar diretores da empresa.

Para aumentar o cerco e intimidar a organização, diretores da estatal ainda processam criminalmente dirigentes e até funcionários do sindicato que

denunciam o desrespeito à organização eletricitária.

O coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner, ressalta que a história do Sindieletro expressa as aspirações dos eletricitários para a defesa de seus interesses e para o fortalecimento do seu poder de negociação. Diante das tentativas da direção da empresa de limitar, a todo custo, o poder de organização dos trabalhadores, Wilian Vagner acredita que a resposta deve ser dada pela categoria nesta Campanha para Renovação do ACT. *“Não vamos nos abater e nem admitir a ingerência e o autoritarismo da direção da Cemig. Todas as conquistas dos eletricitários estão garantidas nos ACTs”*, destaca.

Cerco à informação

A comunicação entre os trabalhadores e o seu sindicato também é atacada de outras formas pela direção da Cemig. O recebimento de e-mails enviados pelo sindicato foi proibido pela direção da empresa nos últimos anos, assim como o acesso ao site do Sindieletro em computadores da empresa. Desde a edição 473, o Chave Geral não é mais distribuído pelo malote da empresa. Como retaliação pela linha editorial das matérias publicadas, o presidente da empresa, Djalma Moraes, proibiu expressamente a



Diretor do Sindieletro participa de setorial sem ter acesso às instalações da Cemig

“utilização de qualquer recurso (infra-estrutura) da Cemig para a distribuição do citado jornal” em ofício enviado no último dia 5.

As assembleias que são espaços para o debate democrático entre trabalhadores e o sindicato que os representa são filmadas, fotografadas e gravadas para vigiar votos dos eletricitários, para coagir os trabalhadores e para processar dirigentes no período de campanha.

Reuniões promovidas pela direção da Cemig tentam orientar o voto dos trabalhadores nas assembleias, num esforço para constranger e confundir os trabalhadores com base em informações não confiáveis. Contrariando o discurso de empresa moderna e socialmente responsável, a direção da Cemig chega ao absurdo de organizar ônibus com lanche para trabalhadores e chefias participarem de assembleias promovidas pelo Sindieletro e impõe pontos de pauta.

“Mas o fim de tudo isso e o restabelecimento de relações democráticas e transparentes estão nas nossas mãos. O que precisamos fazer é nos organizarmos e manter a mobilização”, destaca Wilian Vagner.

A democracia no mundo do trabalho

As dificuldades na relação com a Cemig foram relatadas pelo Sindieletro aos representantes de seis centrais sindicais nos últimos dias 31 e 1º, em São Paulo, durante a Oficina Nacional sobre Mecanismos de Controle da OIT sobre Prática Anti-sindical e Liberdade Sindical. Segundo a coordenadora do evento e secretária nacional de Políticas Sindicais da CUT, Rosane Silva, Minas se destacou mais uma vez no cenário nacional pela violência usada para reprimir a organização dos trabalhadores.

“O estado é campeão nas várias formas de violência sindical. O que nos assusta é que essa truculência ocorre inclusive em empresas estatais como a Cemig”, lamenta a secretária da CUT. Para Rosane esta prática deve ser amplamente denunciada à sociedade.

“O assédio e a perseguição

não atingem apenas o dirigente do Sindieletro que a sofreu, mas todos os eletricitários que ele representa”, alerta Rosane.

O presidente da CUT-MG e diretor do Sindieletro, Lúcio Guterres, que participou da Oficina, destaca que o encontro deu visibilidade à Campanha “Em Minas não se respira liberdade”. Para Guterres, o Governo do Estado é sempre o orientador das relações entre empregadores e trabalhadores. *“A intolerância com os trabalhadores e minorias irradia do Palácio do governador e contamina os empresários”*, ressalta.

“Em Minas, quando os trabalhadores querem reivindicar seus direitos, se deparam com a cavalaria e com a tropa de choque da Polícia, mostrando que infelizmente aqui a relação sindical é tratada no campo da segurança e não do diálogo”, afirma Guterres.

SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – SINDIELETRO/MG

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – SINDIELETRO/MG, convoca, na forma estatutária, todos os trabalhadores, empregados das empresas COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS S/A, CEMIG DISTRIBUIÇÃO S/A, CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A, associados e interessados, na base territorial representada pelo sindicato, para comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária a se realizar nos dias, nas cidades, endereços e horários, abaixo indicados, em primeira convocação e, na falta de quorum mínimo estabelecido pelo Estatuto Social, trinta minutos depois, em Segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, para discussão e deliberação sobre a seguinte ordem do dia: 1) Discussão e deliberação sobre a pauta de reivindicações a ser apresentada às empresas para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2006-2007; 2) Autorização ao Sindicato para entabular negociações, firmar Acordo Coletivo de Trabalho e, se frustradas as negociações instaurar Dissídio Coletivo, bem como, para providência de outras medidas judiciais e extrajudiciais necessárias e pertinentes; 3) Deliberação e programação de medidas de mobilização e defesa da categoria profissional durante o processo de negociação, inclusive greve e pagamento de dias parados; 4) Outros assuntos e deliberações decorrentes e de interesse da categoria. Belo Horizonte, 04 de setembro de 2006.

Regional Vale do Aço: Dia 13/09, às 7h, em Itabira, à rua Topázio, 45 B. Areião; Dia 14/09, às 7h, em Caratinga, à rua Cel. Antônio da Silva, 581 - Centro; Dia 18/09, às 7h, em Ipatinga TR/OM, à rua Tupinambás, 365 - Iguazu; Dia 18/09, às 7h30, em Ipatinga DL/IP, à av. João Valentim, Pascoal, 741 - Centro; Dia 18/09, às 7h45, em Ipatinga GA/LE, à av. Carlos Chagas, 674 - Cidade Nobre; Dia 19/09, às 7h, em João Monlevade, à av. Wilson Alvarenga, 936. B. Carneirinho. **Regional Triângulo:** Dia 14/09, às 7h, em Uberlândia, no Criu, à av. Cel. José T. Carneiro, 2777. **Regional Oeste:** Dia 19/09, às 7h, em Divinópolis, na Usina Gafanhoto, à Rodovia MG 050 KM 107 - Icarai; Dia 19/09, às 12h45, em Divinópolis, à rua Itapecerica, 151 - centro. **Regional Metalúrgica:** Dia 14/09, às 7h, em Betim, à rua Manoel da Silva Pereira, 60 - Chácara; Dia 14/09, às 7h, no Anel Rodoviário, à rua Clomita, 120 - Camargos; Dia 14/09, às 12h, no Jatobá, à av. Afonso Vaz de Melo, 1936 - Barreiro; Dia 15/09, às 7h, no São Gabriel, à rua Poço Branco, 21 São Gabriel; Dia 15/09, às 7h, na Itambé, à rua Itambé, 114 - Floresta; Dia 18/09, às 7h, na Cidade Industrial, à Praça Antônio Mourão Guimarães, 366 - Cidade Industrial - Contagem; Dia 19/09, às 7h, em Sete Lagoas, à rua Rodolfo Silva, 485 - B. Mangabeira - Sete Lagoas; Dia 19/09, às 7h, em Ouro Preto, à rua P. Paula Magalhães Gomes, 114 B. Bauxita - Ouro Preto; Dia 19/09, às 18h, na Sede, à av. Barbacena, 1200 - B. Santo Agostinho. **Regional Leste:** Dia 14/09, às 13h, em Nanuque, à av. Mucuri, 1726 - centro - Portaria da Cemig; Dia 14/09, às 17h, em Teófilo Otoni, à Praça Germânica, 16 - Centro - Portaria da Cemig; Dia 18/09, às 7h, em Governador Valadares, à rua Santo Inácio de Loiola, 56 Portaria da Cemig - Vila Mariana; Dia 18/09, às 13h, em Governador Valadares, à rua Sete de Setembro, 3018 - centro - Portaria da Cemig; Dia 18/09, às 7h, em Araçuaí, à rua das Hortências, 207 B. Nova Terra Portaria da Cemig; Dia 19/09, às 17h, em Almenara, à rua Hermano de Souza, 214 - Portaria da Cemig. **Regional Mantiqueira:** Dia 19/09, às 7h, em Conselheiro Lafaiete, à av. P. Manoel Martins, 345 - Portaria da Cemig. **Regional Norte:** Dia 13/09, às 13h, em Três Marias, à Praça das Palmeira s/n B. Cemig; Dia 13/09, às 17h, em Pirapora, à rua dos Fluviários, 137 - B. São João; Dia 14/09, às 7h, em Janaúba, à av. Manoel Ataíde, s/n B. Santo Antônio; Dia 14/09, às 13h, em Salinas, à av. Frederico Leão Bitencourt, 64 - Centro; Dia 14/09, às 8h, em Irapé, Ligação rodoviário BR 367- Gromogol KM 12; Dia 18/09, às 7h, em Montes Claros, à av. Sebastião Ramos Guimarães, 5 B. Vila Mauricéia; Dia 18/09, às 13h, em Montes Claros, à r. Padre Augusto, 550 - Centro; Dia 18/09, às 17h30, em Januária, à av. Cônego Ramiro Leite, 17 B. Centro; Dia 19/09, às 17h30, em Curvelo, à rua Cândido de Oliveira, 33 - Centro.

Wilian Vagner Moreira
Coordenador Geral do Sindieletro/MG

População participa de Plebiscito sobre a tarifa

Fotos: Benedito Maia

No último dia 6, a Central Única dos Trabalhadores (CUT-MG) e várias entidades do movimento sindical e social lançaram na Praça Sete, em Belo Horizonte, um plebiscito sobre a tarifa de energia elétrica em Minas Gerais. A consulta popular também foi realizada nos dias seguintes em diferentes locais da capital.

A população respondeu à pergunta: “Na sua avaliação, o valor da conta de luz, que você paga mensalmente, é: baixo, razoável ou alto?”. Durante a votação, foi construída uma “corda”, onde eram penduradas as contas de luz e os contracheques dos trabalhadores que participavam da consulta.

Segundo o presidente da



Votação começou pela Praça Sete e percorreu a cidade

CUT Minas, Lúcio Guterres, o objetivo é levar para as ruas a discussão sobre o preço da tarifa, um tema que ocupa lugar de destaque no debate eleitoral.

“Nós dos movimentos sociais, que assistimos o debate entre os dois candidatos que lideram a disputa eleitoral, queremos ouvir o terceiro lado, que é o povo, o principal interessado nessa questão”, afirma Guterres.

A CUT-MG também pretende levar ao Palácio da Liberdade e à Cemig a comprovação do descontentamento da população com os altos preços da energia elétrica no Estado.

Presente na Praça Sete, o coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner, destacou a importância de dar visibilidade ao abuso na cobrança da energia elétrica.

Ele ressalta que em outros estados, como o Paraná, a população de baixa renda já se beneficia da isenção até total da conta de luz. “Entidades como a CUT aderiram ao movimento iniciado pelos eletricitários porque vêem nele uma forma de distribuição de renda e de melhoria da qualidade de vida da população”, explica.

Wilian Vagner destacou que “por se tratar de uma questão de justiça social e de cidadania”, o Sindieletro intensificará a discussão sobre o custo da tarifa com os eletricitários do interior e levará o debate para a sociedade.

Energia elétrica vira artigo de luxo

Os depoimentos populares dados na Praça Sete confirmavam que por causa do alto custo da tarifa a energia, que é um serviço essencial, está fora do alcance de muitas famílias. O aposentado Almir Ferreira Porto, 75 anos, mora numa casa de quatro cômodos, com mais quatro pessoas e, apesar de fazer economia, paga uma conta média de R\$115,00. “Isso é uma desonestidade com quem trabalhou a vida inteira. Falo isso porque vivemos na democracia e não devemos ficar calados”.

A dona-de-casa Maria das Graças Silva e o marido Jairo Rosa da Silva, mecânico desempregado, têm renda familiar de R\$150,00, moram numa casa de três cômodos com a única filha e pagam uma



Almir ganha R\$ 350 e paga R\$ 115,00 de luz

conta média de R\$90,00.

“O que a gente ganha dá só para comer. Em casa só temos três lâmpadas, uma geladeira, um som e um chuveiro. Não temos mais televisão, o banho dura no máximo cinco minutos e todo mundo dorme oito horas da noite para economizar, mas não adianta nada”, disse Jairo.

Para economizar Cemig deixa consumidor sem energia

Em comunicados internos, empresa orienta eletricitas a não trocar postes deteriorados por falta de recursos financeiros e economiza em equipamentos de segurança para garantir a rentabilidade dos acionistas

“Estamos sem recursos financeiros para a substituição de qualquer poste podre ou deteriorado. É isto mesmo, não temos como pagar qualquer substituição... Isto posto, solicito orientar seus colaboradores para não executarem tais serviços mesmo se ficarem clientes sem energia. Acrescento que para os postes podres deverão ser feitos escoramentos. Se não for possível escorar ou executar alguma gambiarra, a rede deverá ser seccionada”.

Tal mensagem à princípio parece ter saído de alguma empresa de quinta categoria. Mas não é. Essa é uma orientação da Cemig para seus eletricitas, que estão tendo que recorrer a “gambiaras” para não deixar a população sem luz.

A Cemig – que obteve lucro de R\$2 bilhões em 2005, se intitula “a melhor energia do Brasil” e afirma que “o consumidor está em primeiro lugar” – cortou investimentos essenciais para a manutenção da rede de energia e qualidade dos serviços, o

que também põe em risco a segurança dos trabalhadores e da população. A informação que chegou ao Sindieletrô não se limita apenas aos serviços de substituição de material da rede.

A economia está sendo feita também em equipamentos de segurança, como luvas e varas de manobras com defeitos, que estão sendo recuperadas ao invés de substituídas. Até mesmo o material de escritório, almoço para os trabalhadores em hora-extra e o Programa Café com Bate-Papo estão sendo restringidos.

Umpa

Na Regional Triângulo a economia está sendo feita com a volta do trabalho isolado, em função da falta de pessoal e, na Regional Oeste, a empresa não está liberando recursos para obras de afastamento de redes.

Já nas Regionais Vale do Aço e Leste também faltam trabalhadores e a opção da empresa foi agravar ainda mais a sobrecarga de trabalho e os riscos à saúde e segurança com jorna-

das de 12, 14 e 16 horas, muitas vezes sem o cumprimento do intervalo (interstício) de 11 horas obrigatório entre uma jornada e outra.

Segundo o coordenador da Regional Leste, José Renato Barbosa, esta situação contraria, inclusive, a orientação do superintendente da DL, João Carlos Bohid, que determinou o limite máximo de quatro horas extras durante a jornada e o cumprimento do interstício.

Redução de equipes

Na Regional Norte, a Cemig cancelou cursos da Escola de Formação e Aprendizagem Profissional e está deixando de fazer a manutenção preventiva e corretiva na rede. De acordo com Alex Fabiano, coordenador da Regional, desde 2004 a direção da Cemig vem cortando investimentos em todas as superintendências.

As áreas que mais sofrem são as de manutenção e operação, principalmente no Leste, Norte e Noroeste, onde as



Cemig recomenda escoramento de postes podres

redes são mais extensas e precárias, com a redução de equipes de operação e de custos em diárias, horas extras, alimentação e transporte. Não há, por exemplo, substituição de cruzetas e postes podres e falta restabelecimento da rede elétrica.

“Com a aproximação do período de chuvas, a situação vai ficar pior e vai sobrar; mais uma vez, para o trabalhador e a sociedade. Os trabalhadores vão pagar com mais sobrecarga de serviços e mais risco de perderem a própria vida, e a sociedade com a falta de qualidade no fornecimento de energia”, alertou Alex.

Para o diretor de Saúde e Segurança do Sindieletrô, Jairo Nogueira, toda esta situação deixa claro o quanto a direção da Cemig desvaloriza os seus trabalhadores. Segundo ele, a empresa “gastou uma fortuna com o marketing da campanha de saúde e segurança e, agora, diz não ter dinheiro para substituir até mesmo equipamentos de proteção dos eletricitas”.

Dividendos para os acionistas

A diretoria do Sindieletrô recebeu informações de que o corte de investimentos obedece a uma orientação da diretoria da empresa para o cumprimento de metas do Plano Diretor, que tem como objetivo assegurar a distribuição de dividendos entre os acionistas. Em outras palavras, é preciso sobrar mais dinheiro para os sócios privados.

Para o coordenador da Regional Metalúrgica do Sindieletrô, Leonardo Timóteo, na verdade, a Cemig muda a lógica da gestão de uma empresa pública. “O princípio básico desta empresa deveria ser voltado para o social e não diminuir investimentos em áreas essenciais. A Cemig, que nasceu para o desenvolvimento, agora deixa a sociedade em segundo plano para assegurar mais dividendos para os investidores privados e o capital internacional”, criticou.

Sindieletrô devolve Imposto Sindical

Os trabalhadores associados ao Sindieletrô já estão recebendo, através de diretores e funcionários do sindicato, cheques referentes à parte do Imposto. O valor devolvido equivale a 60% do Imposto cobrado no pagamento de março e recolhido para o Sindieletrô.

Os outros 40% do Imposto Sindical não são repassados ao sindicato, mas sim às federações, confederações e Ministério do Trabalho. Os cheques estão sendo entregues nos locais de trabalho

e/ou durante as reuniões setoriais e têm direito à devolução os eletricitários e eletricitárias associados ao sindicato no mês em que houve a cobrança no contracheque.

Para o diretor administrativo do Sindieletrô, Herom Raimondi Lima, a devolução do Imposto Sindical é um aspecto importante na relação de transparência que o sindicato sempre manteve com os trabalhadores.

Ele lembra que o Sindieletrô é totalmente contrário a qualquer cobrança de imposto

ou taxa sindical compulsória.

“A razão da existência e sustentação financeira do sindicato é a categoria, com suas contribuições mensais e taxas sindicais discutidas e votadas em assembleias. Sabemos que podemos contar com o apoio dos trabalhadores, ou seja, hoje temos condições de devolver o Imposto Sindical, mas, se amanhã necessitarmos de apoio, a categoria estará conosco para discutirmos qual a melhor forma de arrecadarmos recursos para as nossas lutas”, destaca.

Terceirização cresceu 127% no Brasil em 10 anos

Foto: Benedito Maia/Arquivo

Alimentada pela busca de maiores lucros, a terceirização está em franca ascensão no Brasil. Entre 1995 e 2005, mais de 2 milhões de postos de trabalho foram terceirizados. Isso num universo de 6,9 milhões de vagas, o que demonstra um vultoso crescimento no processo de terceirização no país

Em 2005, o mercado brasileiro registrou um número de 4,1 milhões de terceirizados. Deste total, 1,47 milhões são formados por microempreendedores que abrem pequenas empresas com o objetivo de oferecer sua mão-de-obra.

Os dados constam de uma pesquisa feita pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), da Unicamp. Foi-se o tempo em que a prática – largamente utilizada na Cemig – contemplava apenas áreas como limpeza, vigilância e segurança. Para Carlos Alberto de Almeida (Gonzaginha), diretor de Terceirizados, a companhia precariza as condições de trabalho ao entregar nas mãos de empreiteiras atividades vitais da empresa como a operação das usinas e a manutenção das linhas vivas.

A nova tendência do mundo corporativo tem feito com que as empresas economizem cerca de R\$26 bilhões por ano. O resultado prático disso é que R\$20 bi deixaram de ir para o bolso dos trabalhadores, e, R\$6 bi, para os cofres públicos. “Existe, hoje, uma preocupação das empresas em reduzir seus custos para fazer os lucros subirem, via terceirização. No entanto, o prejuízo que isso causa à sociedade não é levado em consi-

deração”, analisa Fernando Duarte, técnico da Subseção do Dieese no Sindieletro.

O Cesit fez uma simulação para demonstrar o quanto a terceirização é maléfica para os trabalhadores. Um segurança não terceirizado recebeu, em 2005, um rendimento mensal médio de R\$1.692,00 ao passo que um subcontratado não recebeu salário maior que R\$700,00.

Na área de limpeza, um profissional efetivo recebeu R\$670,00 contra R\$445,00 de um terceirizado. “Da forma como é praticada no Brasil, a terceirização tem provocado uma precarização do trabalho, já que pode provocar aumento na jornada e baixar a remuneração dos trabalhadores”, critica Fernando Duarte.

A legislação brasileira autoriza a contratação de empresas terceirizadas em casos de prestação de serviços temporários e quando existe a necessidade de serviços de vigilância e transporte de valores. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) também permite que terceirizadas executem atividades ligadas às atividades-meio da empresa.

No nosso quintal

Na Campanha para a Renovação do Acordo Coletivo de



Redução das despesas e aumento dos lucros impulsionam trabalho terceirizado no Brasil

Trabalho, a categoria irá reafirmar sua posição contrária à terceirização desenfreada promovida pela Cemig. A pauta de reivindicações exige a primarização completa de todas as atividades-fim da Companhia e a realização de concurso público para o preenchimento destas vagas.

Além disso, o Sindieletro também irá exigir que os terceirizados tenham as mesmas condições de treinamento, saúde e segurança dos trabalhadores próprios. Outros objetivos são impedir a quarterização e pressionar para que a Cemig seja responsável solidária pelos contratos das empreiteiras.

Ampliando a discussão

Para José Luiz Fazzi, assessor de Formação Sindical do Sindieletro, a sociedade tem passado por um processo de reestruturação do mercado de trabalho, possibilitado, em grande parte, pelo desenvolvimento tecnológico e pela extrema especialização dos serviços.

Neste contexto, a lógica da terceirização ganha força por ser perfeitamente coerente com o discurso capitalista. “Tudo isso culmina num ine-

vitável enxugamento do mercado, criando duas categorias de trabalhadores: aqueles altamente especializados e com melhores condições de vida e os subcontratados, que, por sua vez, possuem piores condições de vida”, analisa.

Ele alerta também para o fato de que o ímpeto das empresas em cortar custos, além de não expressar nenhuma preocupação social, pode resultar em prestação de serviços sem qualidade.

